

DJAMILA RIBEIRO COMO INTERPRETE DO BRASIL OU SOBRE AS INTERPRETAÇÕES NACIONAIS DESDE UM PONTO DE VISTA FEMINISTA NEGRO

DJAMILA AS INTERPRETER OF BRAZIL OR ON NATIONAL INTERPRETATIONS FROM A BLACK FEMINIST POINT OF VIEW

Alessandro Cerqueira Bastos¹

Resumo: Este artigo apresenta e discute as concepções teóricas, conceituais, epistemológicas da filósofa negra brasileira Djamila Ribeiro. Para tanto, tomamos como fontes privilegiadas sua própria obra e entrevistas dadas à mídia brasileira desde a publicação de seu livro “O que é Lugar de Fala?”, em 2017, pela Editora Letramento. Um dos nossos argumentos é que, apesar de não canônica, Ribeiro estabelece interpretações sobre a realidade nacional brasileira informada pelos feminismos negros. Trata-se, portanto, de uma pesquisa ancorada nos pressupostos de uma história social das ideias políticas.

Palavras-Chave: Djamila Ribeiro, Interpretação Nacional, Feminismo Negro.

Abstract: This article presents and discusses the theoretical, conceptual, epistemological conceptions of the black Brazilian philosopher Djamila Ribeiro. For that, we took as privileged sources his own work and identified to the Brazilian media since the publication of his book “O que é Lugar de Fala?”, In 2017, by the Editora Letramento. One of our arguments is that, although not canonical, Ribeiro knows interpretations about the Brazilian national reality informed by black feminisms. It is, therefore, a research based on the assumptions of a social history of political ideas.

Keywords: Djamila Ribeiro, National Interpretation, Black Feminism.

A guisa de introdução

Lugar de fala, representatividade, empoderamento são conceitos ou noções que estão na ordem do dia para alguns setores do ativismo de esquerda e movimentos sociais ligados às agendas feminista e/ou negra. Se é certo que tais conceitos não foram criados recentemente, não é menos verdadeiro afirmar que sua popularização, entre nós, se deve, em partes, ao papel de revisão conceitual e divulgação pela filósofa brasileira Djamila Ribeiro. Suas produções mantem diálogo com os principais meios de comunicação da atualidade: Ribeiro participa de programas de TV; escreve colunas para os principais jornais de circulação no país; realiza postagens em sua conta pessoal nas redes sociais e, não menos importante, publica livros com

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA).

linguagem acessível e com caráter de síntese versando sobre lugar de fala, racismo, feminismo, etc.

Ao tornar conceitos até então pouco mobilizados acessíveis ao público leitor no contexto acadêmico brasileiro, Ribeiro tornou-se um dos nomes brasileiro mais conhecido do que tem sido nomeado feminismo negro². Sua presença constante na mídia, bem como sua participação nos extramuros da universidade a transformou em uma referência obrigatória para quem deseja conhecer pensadoras negras brasileiras e estadunidenses. Embora a autoria seja difícil de precisar nas Ciências Humanas, categorias como *lugar de fala* ou *representatividade* ganharam alguma sistematização a partir do conjunto de sua obra. É, portanto, imprescindível compreender sua produção, visibilidade e reconhecimento levando em consideração espaços de debates acadêmicos ou não, espaços institucionais e virtuais.

O alcance das mídias digitais e a popularização da internet deram o tom da maioria dos embates em torno do pensamento teórico e político produzido por Djamila Ribeiro. Não apenas da direita, mas muitos intelectuais e quadros mais ligados ao campo progressista envolveram-se em discussões, muitas das quais travadas em tom de polêmica com a filósofa negra. Prova disso é que vários textos foram publicados em colunas e redes sociais para responder às proposições teóricas de Ribeiro, entre eles destaco o intitulado “Precisamos falar de lugar de falar” de autoria do filósofo Wilson Gomes, publicado em 2019 na Revista Cult³.

Gomes é categórico ao repudiar as proposições teóricas propostas pela autora. Sem citá-la nominalmente, o também filósofo taxou como identitárias as reivindicações trazidas no bojo das contribuições teóricas da intelectual negra. Segundo Gomes, a proposta de lugar de fala, uma das mais famosas da referida autora, defendida pelo que chamou de “patrulheiros da identidade” secundariza a luta de classes, o que deveria ser o foco de qualquer debate e prática política transformadora. Salientamos que a crítica já revela alguma identificação do autor aos parâmetros do pensamento marxista. De acordo com o ponto de vista de Gomes, as questões raciais e de gênero proposta no quadro teórico-conceitual de Djamila Ribeiro tornariam a agenda da esquerda “meramente cultural”, para recorrermos a expressão irônica da filósofa

² Quadro teórico plural relacionado às pensadoras negras de matriz estadunidense. A agenda principal desta corrente é a defesa da dupla incorporação das questões interseccionais de gênero e raça na gramática política do feminismo. Cf. COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Nova York: Routledge, 2000. É importante mencionar que, apesar do volume de sua produção, as autoras feministas negras têm sido só recentemente traduzidas no mercado editorial brasileiro, o que provavelmente se relaciona à visibilidade propiciada pela divulgação destas autoras (neste caso, estrangeiras) através de Djamila Ribeiro.

³GOMES, Wilson. **Precisamos falar sobre o lugar de fala**, Agosto 2019, <https://revistacult.uol.com.br/home/precisamos-falar-sobre-o-lugar-de-fala/> acesso em 20 de maio de 2020.

Judith Butler (2017)⁴. Assim, para o filósofo tais concepções seriam incapazes de aglutinar pessoas e grupos em prol da mudança social e transformação radical da estrutura econômica capitalista. Esta última considerada a dimensão mais importante da vida social, aludindo à clássica oposição *infra X superestrutura*, um dos pontos fundamentais do pensamento marxista.

Há quem reconheça a importância de considerar as variáveis gênero e raça nas agendas de pesquisa e ativismos contemporâneos, mas se preocupa com o impacto da noção de lugar de fala na percepção social sobre os cientistas e os esforços científicos. Afinal, nesta interpretação a radicalização proposta pela localização do lugar de falar dos pesquisadores solaparia qualquer pretensão de neutralidade axiológica daquele que se debruça sobre objetos de estudos. Tal proposta resultaria em negacionismos científicos, abalando pretensão de autoridade construída pela ciência através do método científico. Nesse sentido, haveria aproximações epistemológicas entre a matriz teórica da filósofa negra e certos radicalismos à direita, como propôs o historiador Rodrigo Perez, em coluna publicada na Revista Fórum em 2019⁵.

Em certo sentido, todos os críticos partem de uma mesma gramática política, segundo a qual, o significado e sentido de como devem ser organizadas as tarefas políticas nos movimentos sociais contemporâneos é disputável. Trata-se, portanto, de um *mesmo* cenário (considerando-se o campo progressista) em que o avanço de temáticas raciais e feministas ganham visibilidade e, em alguns setores, também centralidade política, a exemplo de coletivos estudantis universitários, colonistas, influenciadores, etc.⁶ Diante dessa visibilidade, as reações do campo progressista, como pontuamos anteriormente, têm sido variadas, muitas delas podem inclusive deslegitimar feitos políticos conquistados pelas novas esquerdas, estas chamadas por vezes num tom pejorativo de identitárias e/ou culturalistas. Mas o fato é que essas tensões teóricas e políticas na esquerda contemporânea estão longe de serem resolvidas e, indiscutivelmente, Djamila Ribeiro é uma das peças fundamentais desta disputa.

⁴ BUTLER, Judith. BRETAS, Aléxia. Meramente cultural. *Ideias*, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2017.

⁵ OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **O bolsonarismo radicalizou o lugar de fala.** <https://revistaforum.com.br/rede/o-bolsonarismo-radicalizou-o-lugar-de-fala/> acesso em 20 de maio de 2020.

⁶ No campo de movimentos políticos organizados presentes em muitas universidades brasileiras podemos citar o “Juntos e Juntas”, ligados ao PSOL; o Levante Popular da Juventude e o Coletivo Kizomba ambos ligados a uma ala à esquerda do PT. Na mídia alternativa, tem havido um crescimento de publicações em torno da temática racial e ou feminista com destaque para a coluna Blogueiras negras, o site Géledes, o Nós, mulheres da periferia, Almas negras entre outros. Nas redes sociais também crescem perfis cujo conteúdo é destinado às pautas raciais e de gênero, numa mescla de temas políticos, comportamentais, estéticos e de entretenimento como os levantados pelos influenciadores Spartakus Santiago, Natali Neri, AD Júnior, Tia Má, Gabi de pretas, entre outros.

Polêmicas à parte, o objetivo deste artigo é analisar o livro “O que é lugar de fala”⁷, considerado como principal obra de Djamila Ribeiro. Da mesma forma, são analisadas entrevistas com ampla circulação digital concedidas pela autora à veículos de comunicação considerados progressistas. Assim, buscamos localizar como a pensadora feminista estabelece interpretações sobre a sociedade brasileira, partindo de uma determinada matriz teórica afinada ao estruturalismo, mas de natureza diferente do marxismo. Do mesmo modo, serão consideradas como a filósofa elabora seu entendimento no que se diz respeito às contradições da sociedade brasileira, seus projetos de sociedade, concepções de tempo, afiliações teóricas e políticas. Trata-se, pois, de um esforço analítico localizado naquilo que pode ser chamado de história social das ideias políticas, considerando que conceitos e ideias não são categorias abstratas deslocadas de uma certa lógica social e histórica.⁸

Djamila Ribeiro, uma intérprete do Brasil

“O que é Lugar de Fala?” foi lançado pela primeira vez em 2017, pela Editora Letramento, como parte da coleção “Feminismos Plurais”, cujo objetivo foi divulgar e problematizar temas como encarceramento em massa, interseccionalidade, racismo institucional que são caros ao movimento negro e até então pouco abordados no âmbito do feminismo clássico. Desde o seu lançamento, o primeiro livro de Djamila Ribeiro tornou-se objeto de críticas e análises de campos teóricos diversos, muitos resenhistas apontaram com justeza a urgência do material cujo mérito, entre outros, reside especialmente na popularização e divulgação de debates sofisticados a um amplo público. Em geral os resenhistas como Corbo (2018)⁹ e Freitas (2019)¹⁰, cada um a partir do seu próprio campo científico (o Direito e as Ciências Sociais, respectivamente) se detiveram em apenas reproduzir os principais argumentos da própria filósofa, mas sem maiores problematizações em torno de suas implicações teóricas.

Dessa forma, após alguns anos de sua primeira edição e a despeito da quantidade de resenhas publicadas a seu respeito, consideramos que outros aspectos ainda podem ser explorados respeito do pensamento de Djamila Ribeiro sob a ótica de uma história social das

⁷ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

⁸ BARROS, José D’assunção. História cultural e história das idéias. **Cultura**, vol. 21, 2005, pp.259-286.

⁹ CORBO, Wallace de Almeida . **O que é lugar de fala?- e por que ele importa para o Direito?** Revista Publicum , v. 4, p. 248-251, 2018

¹⁰ FREITAS, Thayanne Tavares. **Feminismos Plurais**. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 25, n. 54, p. 361-366, Agosto. 2019.

ideias políticas. Um desses aspectos é a preocupação da teórica em formular interpretações para a “sociedade brasileira” a partir de um modelo explicativo dotado de sentido histórico, o que a torna, do nosso ponto de vista, uma intérprete do Brasil.

Ao longo da história intelectual brasileira, alguns intérpretes do Brasil tornaram-se canonizados, enquanto outros foram relegados ao esquecimento. Os processos de canonização em torno de determinada figura também se relacionam a questões amplas da arena política, como a inserção de determinados indivíduos em redes de afinidades formadas entre intelectuais influentes cuja potencialidade permite que a obra seja absorvida e debatida nos princípios círculos acadêmicos. Nesse processo, também é indispensável considerar as avenidas interseccionais¹¹ de gênero, raça e classe social que podem pesar no apagamento de muitos intelectuais, o que pode ser evidenciado na quase ausência pessoas negras e/ ou mulheres nos quadros eternizados do cânone brasileiro de intérpretes.

Não é interesse citarmos exaustivamente a lista de autorias cuja obra tornou-se marca para a interpretação nacional, pois além de exaustiva também foge ao escopo do nosso trabalho. Não obstante as especificidades, podemos resumir alguns pontos em comum entre todos eles: o esforço de interpretação costumam assemelhar-se em alguns pontos, geralmente parte de uma narrativa ensaísta com caráter de síntese; constroem concepções de tempo histórico (linear, cíclico, etc.) em suas obras; e buscam explicar o sentido da história através de determinada matriz teórica e filosófica como o marxismo e o positivismo.

Mesmo considerando a sua popularização, em partes devido ao alcance de mídias sociais presentes no Brasil Contemporâneo, não há elementos suficientes para qualificarmos Djamila Ribeiro como intelectual canonizada. O que não impede, por sua vez, que suas ideias influenciem e construam significados, interpretações possíveis para a abstração nomeada “sociedade brasileira”. Do nosso ponto de vista, o tom ensaístico do livro “O que é Lugar de Fala?”, escrito em estilo coloquial semelhante à linguagem utilizada em redes sociais como o *Facebook*, tem duas razões interconectadas: a) a finalidade de se dirigir ao grande público leitor, sobretudo os mais jovens ; b) e a necessidade de se estabelecer nexos de orientação temporal¹² para seus leitores. Especialmente, no que se refere ao exercício de revisitar marcos já consagrados da chamada historiografia nacional, como a escravidão.

¹¹ CRESAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. **Revista de Estudos Feministas**, ano 10, 2002. Florianópolis: UFSC. pg: 171-188; HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, pág. 61-73, junho de 2014.

¹² Ao refletir sobre o sucesso de vendas de livros da historiografia comercial, Oliveira (2020) conclui, entre outras coisas, que o caráter de síntese presente nos autores que escrevem para o grande público favorece a

A recusa da cronotopia do historicismo¹³ em Djamila Ribeiro

Em uma passagem onde discute sob o ponto de vista histórico os dilemas atuais brasileiros, sobretudo aqueles relacionados à população negra, Djamila Ribeiro encontra os fundamentos destes problemas na “formação da sociedade brasileira” no tempo colonial. Na perspectiva da filósofa, o grande evento fundador dos dilemas nacionais brasileiros é a escravidão, cujos desdobramentos persistiriam nas relações sociais brasileiras mesmo nos tempos atuais. Neste sentido, ao elaborar explicações sobre a natureza da contradição nacional, a teórica feminista também explicita certa noção de tempo histórico¹⁴ para apontar os impedimentos socioeconômicos e epistemológicos que freiam o desenvolvimento dos negros na contemporaneidade. Vejamos a seguir.

Além disso, a sociedade brasileira como tendo sido colonial traz mais algumas estruturas limitantes para o eco da voz negra: a não autorização da fala por medo de retaliação e também a falta de legitimidade para falas que sejam diferentes da sociedade supracitada branca patriarcal. Aliado a isso, o fato dessa sociedade só considerar universal seus pontos de vista fazem com que tudo que não seja esse posicionamento seja abafado, desqualificado e desconsiderado de alguma forma¹⁵

É possível perceber que, além do objetivo de justificar a importância da noção de lugar de fala - o mote do livro -, o trecho apresenta uma concepção temporal que marca o próprio pensamento da autora. Tal compreensão de tempo refere-se à duração do efeito do evento-escravidão. Trata-se de regime temporal baseado nas permanências dos efeitos e processos do passado no presente. Não há negação completa da transformação das coisas e estruturas diante do impacto do tempo, sobretudo, pelas crenças nos projetos emancipatórios possíveis num tempo presente. Mas, sem dúvidas, como o objetivo de Ribeiro é lançar luzes para o processo histórico de silenciamento dos grupos subalternizados, a percepção de mudança é pouco mencionada, enquanto a ideia de constância é hipervalorizada.

orientação temporal. Apesar de comum nas escritas da história nos séculos XIX e XX, hoje a historiografia profissional afasta-se desse princípio, caracterizando-se pelo caráter mais microanalítico, com recortes temporal e espacial bem delimitados. Cf. OLIVEIRA, Rodrigo Perez. Por que vendem tanto? O consumo de historiografia comercial no Brasil em tempos de crise (2013-2019). **Revista Transversos**, v. 01, p. 87-107, 2020.

¹³ A respeito desta expressão, consultar ARAUJO, Valdeir Lopes. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009.

¹⁴ Para uma reflexão propriamente historiográfica sobre a variabilidade da noção de tempo entre os/as historiadores/ras, veja-se BARROS, José D'Assunção. A Historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**: Revista de História da UFES, v. 32, p. 240-266, 2014.

¹⁵ RIBEIRO, Djamila. 2017. **O que é lugar de fala?** Letramento. p.31.

Com efeito, entre o Brasil contemporâneo atual e a sociedade colonial temos muitas semelhanças especialmente no que se refere a sua instituição fundadora que, na compreensão de Djamila Ribeiro, é o racismo, produto direto da experiência da escravidão reatualizada nas práticas do presente. Dessa forma, as “estruturas limitantes” permaneceriam impossibilitando por tempo indefinido a capacidade de atuação e agenciamento de grupos minoritários, neste caso em particular, a população negra brasileira. Portanto, mais do que potência de transformação como tem sido encarado na cronotopia historicista (aliás, uma das marcas da historiografia ocidental), para a filósofa negra, o tempo atua para manter as rígidas estruturas de dominação social sob a forma de sobrevivências.

Em duas entrevistas concedidas à revista Época, em 2017, e à GaúchaZH, 2019, Djamila Ribeiro nos fornece subsídios para avaliarmos a sua compreensão a respeito do tempo histórico.

ÉPOCA - Estamos vendo o racismo ser muito mais discutido e questionado. Em outros momentos, você afirmou que o racismo é estrutural e estruturante. O que isso quer dizer e, em sua opinião, a que se deve a ampliação do debate em torno da cultura racista no Brasil?

Djamila - Racismo estrutura todas as relações sociais. Isso quer dizer que é um elemento que produz desigualdades profundas. Foram mais de 300 anos de escravidão, um grupo sendo subjugado e outro se beneficiando da opressão. Não podemos falar de nenhum tema no Brasil sem falar de racismo. No caso das mulheres, por exemplo, a combinação de racismo e machismo coloca as mulheres negras num lugar de maior vulnerabilidade. São as que ganham menos e sofrem mais violência. Existe um trabalho histórico do movimento negro e feminismo negro. Hoje, seguimos dando voz e novos contornos a um caminho que já vem sendo construído.¹⁶

Como você percebe essa onda de conservadorismo que vem ganhando força no Brasil e no mundo?

(O conservadorismo) está no mundo todo, mas no Brasil é hegemônico porque está no poder. Em países da Europa houve um aumento, mas ainda não é um projeto de poder como nos Estados Unidos ou na Argentina. Não acho que isso seja uma onda, na verdade. O Brasil sempre foi um país extremamente conservador. Um dos últimos países a abolir a escravidão, que viveu 20 anos de Ditadura Militar. Nossa democracia é muito recente. O país sempre foi conservador, mas tivemos uma onda progressista. Alguns grupos adquiriram direitos básicos, os conservadores não gostaram que outros tivessem acesso a esses direitos e agora vêm tentando voltar ao que era. E vêm com mais força, para manter aquilo que sempre foi. O número de pessoas negras em universidades era baixíssimo, e tivemos um aumento nos últimos anos. Ao mesmo tempo em que existe esse movimento conservador, e não acho que seja novo, mas que vem com mais força, nós feministas também ganhamos espaço. É justamente por isso que essa resposta vem tão violenta. Acreditar que estamos vivendo uma onda conservadora é acreditar que o Brasil já foi um país progressista. E sempre foi um país extremamente opressor na sua fundação. Esse país foi criado na base de sangue negro e indígena. Esse país não prendeu seus torturadores até hoje. Tem ossadas de pessoas

¹⁶DJAMILA Ribeiro “É preciso sair da bolha para conseguir se comunicar”, Junho 2017, <https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/06/djamila-ribeiro-e-preciso-sair-da-bolha-para-conseguir-se-comunicar.html> acesso em 20 de maio de 2020.

desaparecidas na época da ditadura sem resposta. É um país em que, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado, e isso não é novo. Sinto que tivemos uma onda progressista que incomodou demais esses setores e eles vêm com mais força agora para manter as coisas como sempre estiveram.¹⁷

Apesar de publicados em momentos distintos, as entrevistas guardam semelhanças no que se refere ao conteúdo presente no livro “O que é lugar de fala?”. Na entrevista fornecida à Época, Djamila Ribeiro evoca a referência histórica do evento escravidão, ressaltando o racismo como principal marca da sobrevivência da dominação com base em critérios raciais desde os tempos coloniais até hoje. Neste sentido, a entrevista também se aproxima dos argumentos desenvolvidos no livro, pois partem de uma compreensão temporal focada na permanência histórica, especialmente, na reatualização estrutural da opressão. A autora é enfática ao mencionar que sua interpretação da sociedade brasileira se pauta, sobretudo, pelo racismo enquanto categoria explicativa e de organização social.

Na entrevista à GaúchaZH, publicada em 2019, a mesma compreensão temporal é verificada. Ao responder sobre a vigência do conservadorismo no país, Djamila Ribeiro resalta a longevidade deste fenômeno, evocando uma temporalidade passada que alude a diversos marcos históricos como escravidão e a ditadura militar. Recuando no tempo, a “fundação da sociedade brasileira” é lida como marcada pela contradição, em que alguns grupos (negros e indígenas), enquanto outros mantiveram-se no poder. Desde lá até os dias atuais, as marcas desta exploração se mantêm. Os exemplos que Djamila Ribeiro fornecem são ligadas, sobretudo, às dificuldades encontradas pelas populações negras à educação formal. Diferentemente da entrevista anterior, aqui o elemento indígena recebe alguma menção, ainda que discreta. Contudo, é a permanência temporal do racismo que explica a contradição nacional e impossibilita o pleno desenvolvimento das populações negras seja no presente, seja no passado.

Em suma, para a pensadora feminista a sociedade brasileira é definida como supremacista branca e patriarcal em suas bases justamente pelo passado escravista e posterior permanências de resquícios das desigualdades advindas desse período histórico. Aqui o discurso teórico aponta para um cenário estruturalizante no qual não mais a classe social (e a luta de classes) ganha a centralidade explicativa das experiências históricas como preconiza pensamento teórico marxista. O racismo (especialmente) e o gênero (e o patriarcado) de

¹⁷ TANCREDI, Thamires. **Djamila Ribeiro: a filósofa que se tornou uma das principais vozes no combate ao racismo**, Maio 2019, <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/gente/noticia/2019/05/djamila-ribeiro-a-filosofa-que-se-tornou-uma-das-principais-vozes-no-combate-ao-racismo-cjvr0ryt1050p01maqqr30y7.html> acesso em 20 de maio de 2020.

maneira coadjuvante explicam a vigência das desigualdades sociais brasileiras. Assim, o sentido histórico delineado por Djamila Ribeiro não é exatamente circular em si mesmo ou uma mera repetição, pois um horizonte com rupturas é possível através da transformação estrutural da sociedade. Mas a linguagem teórica das sobrevivências apresenta uma boa descrição sobre a suposta reinserção e permanência da estrutura do racismo na história brasileira, na qual a variável desigualdade racial se delineia nas experiências humanas e nas instituições nacionais não importando a instância temporal: passado, presente e quiçá futuro.

O ponto crucial aqui não é apresentar propriamente uma crítica no sentido de refutar esta compreensão temporal, mas antes reconhecê-la e especular a respeito de alguns de seus impactos políticos fundamentais. Um deles, mais importante nesta esfera das interpretações sobre o Brasil, é que o pensamento de Djamila Ribeiro se alicerça na premissa segundo a qual as políticas públicas específicas para a população negra são partes do processo do que tem sido chamado de reparação histórica. Este tipo de compreensão só é possível se considerarmos a passagem do tempo não necessariamente como vetor de mudanças, conciliando em algum grau a dimensão das reminiscências da instância passado no momento temporal presente. Assim, o argumento da reparação história levantado pela filósofa negra reconhece a responsabilização do Estado e da sociedade brasileiros no processo de escravização de pessoas negras e, portanto, caberia aos primeiros garantir o acesso mínimo dos descendentes destes grupos para a correção da longa vigência da escravidão e seus impactos.

As concepções de estruturalismos e estrutura em Djamila Ribeiro

Apesar de afastar-se do princípio explicativo que orienta o marxismo, a compreensão e o sentido de tempo ensejado pela narrativa de Djamila Ribeiro pauta-se também pelos princípios epistemológicos do estruturalismo¹⁸. Assim, parte do arcabouço desenvolvido pela filósofa verbalizado nas metáforas do eco e da própria voz das pessoas negras sinalizam alguma influência de Michel Foucault¹⁹, sobretudo, no que se refere à conceituação de discurso e a preocupação com a dimensão da linguagem nas relações de poder. Em verdade, parte de sua matriz teórica também decorre da produção de feministas negras, sobretudo

¹⁸ Para uma percepção crítica e ao mesmo tempo sintética a respeito do conceito e a história dos estruturalismos, conferir SALES, Léa Silveira. Estruturalismo — história, definições, problemas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 33, p. 159-188, jan. 2003.

¹⁹ A conferência que se tornou livro é bastante exemplar destas concepções. Cf. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

estadunidenses, cujas influências são tão díspares entre si que é impossível identificá-las perfeitamente em uma só esfera teórica. O fato é que a influência epistemológica do filósofo francês nos ajuda a localizar a filósofa feminista num nível epistemológico estruturalista, ainda que alguns críticos insistam em nomeá-la pejorativamente sob o rótulo do pós-modernismo.

Em “O que é Lugar de Fala?”, Djamila Ribeiro deixa implícito que “discurso”, “voz” e “fala” são sinônimos. Como na gramática foucaultiana, o discurso, para autora, é um conceito que indica a produção de verdades e dominação através de saberes hegemonizados, como o médico e o jurídico, os quais sempre ensejam relações de poder. Desse modo, discurso não se trata de palavras, em si mesmas, mas de construções linguística complexas que ajudam a dar sentido à organização social²⁰.

Muito próxima dessa definição, Djamila Ribeiro recorre invariavelmente à fala, voz e discurso numa acepção foucaultiana. Se por um lado, o sentido foucaultiano de discurso está mais próximo do estruturalismo, a apropriação que a autora faz da ideia de voz e fala autorizada podem remeter imediata à esfera individual da atuação humana. Assim, ao se referir a expressões como “lugar de fala de grupos subalternos” e “voz negra”, a autora tanto pode aludir às pessoas negras literalmente falando, expressando-se individualmente por meio de linguagens disponíveis; quanto ao discurso mais global produzido pelos negros enquanto grupo.

Esse dilema atravessa boa parte do livro “O que é lugar de fala?” e traduz a tensão entre o individual, particular de um lado e o coletivo e estrutural, do outro. Vejamos a tentativa da autora em operar nas duas escalas ao elaborar a definição de um dos seus conceitos chaves:

[...] falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência²¹

Aí reside, a nosso ver, o esforço de transpor a ideia de lugar de fala de uma noção unicamente individualizante para um movimento mais geral referente a grupos sociais em disputa no interior da sociedade brasileira. É incorreto concluir, portanto, que a filósofa

²⁰ Para uma revisão bibliográfica de natureza teórica recente sobre o conceito de discurso que alicerça o que poderíamos chamar de pensamento foucaultiano, veja-se AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel. Foucault. **Revistas Eletrônicas Filogenese**. Vol. 6, nº 2, 2013.

²¹ RIBEIRO, 2017, p.64.

Djamila Ribeiro endosse a impossibilidade de ação individual, mas essa é limitada pelo próprio *locus social*, decorrente da hierarquização de saberes e da hierarquia social.

Assim como no pressuposto foucaultiano, para a filósofa negra, o saber proveniente da chamada historiografia tradicional corresponde a uma instância de poder decisória. Neste ponto, Ribeiro incorpora a compreensão foucaultiana de vincular todas as produções intelectuais ao mundo social que o produziu. Dentro dessa compreensão, apesar do discurso ser uma ferramenta pela qual o pensamento político ou teórico pode existir, ele não é anterior à vida social que o produziu, mas antes permite que as relações sociais sejam *locus* de poder. E discurso é, acima de tudo, um vocabulário estrutural e em consequência o lugar de fala também.

Em “O que é Lugar de Fala?”, Djamila Ribeiro, no entanto, não nega completamente a possibilidade de tomar “lugar de fala” como categoria individualizada, mas insiste para a dimensão estrutural de sua argumentação. Marcada por tal ambivalência, a filósofa pondera que “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania”.²²

Verificamos que a preocupação em sinalizar o caráter estrutural é uma das marcas desta argumentação que exploraremos mais adiante, mas ela não escapa do tensionamento tão marcante do momento epistemológico em que nos encontramos. Entre nós, a questão teórica a respeito do lugar do individual, da ação social e o constrangimento sistêmico ainda embalam grandes debates a respeito da validade ou não das modelos teóricos estruturalistas. Seja como for, o fato é que ainda que Djamila Ribeiro não sinalize especificamente sua própria compreensão sobre o que é uma estrutura, é possível nos aproximarmos desta compreensão nas entrelinhas da argumentação desenvolvida pela filósofa.

Em entrevista concedida à Carta Capital, em 2020, cujo propósito era apresentar o seu livro mais recente intitulado “Pequeno Manual Antirracista”, Ribeiro apresentou o seu entendimento a respeito da noção de estrutura. Vejamos.

Quando a gente fala sobre racismo estrutural, é sobre entender que o racismo faz parte da estrutura da sociedade brasileira, assim como o capitalismo, o sexismo. Isso significa entender a nossa construção enquanto nação, somos um país que nunca aboliu a escravidão; entender o quanto o fato do racismo ser estrutural coloca a população negra em situações de vulnerabilidade. O primeiro passo é entender como o sistema racista se construiu e como ele se reproduz, para depois compreender o que os indivíduos reproduzem. O racismo precisa ser entendido como essa estrutura que não diz apenas do campo individual. No Brasil, é comum as pessoas associarem racismo a um ataque sofrido por uma pessoa negra famosa, por exemplo, mas não entende que racismo é

²²Idem,p.61.

também uma empresa ter 90% dos funcionários brancos, chegar nos espaços e não ter pessoas negras o suficiente, só em lugares de subalternidade. Ou seja, a gente não consegue entender ainda o porquê de a gente reproduzir racismo, então é primordial entender como essa estrutura funciona.²³

Retomando mais uma vez a temática da sociedade brasileira, a autora equipara a noção de estrutura a uma espécie de base sobre a qual se alicerça e se desenrola a vida social. Em sua argumentação o caráter estrutural do racismo deve-se a algumas características: a longevidade do tempo expresso na longa permanência da experiência da escravidão representado pela vulnerabilidade a qual a população negra está exposta; a capilarização do racismo presente em toda a instância da realidade, reproduzindo-se em todas as ações humanas; o caráter coletivo que engloba a todas as pessoas e instituições e principalmente o próprio estado.

Neste sentido, o racismo estrutura – condiciona - não apenas as práticas, mas também as representações coletivas, dimensão simbólica do real e ação humana individual cujo alcance é limitado nesse campo de estruturas condicionantes. Nas entrevistas que foram consideradas neste texto, assim como em “O que é Lugar de Fala?”, notamos o esforço de Ribeiro em sinalizar o caráter estrutural de sua interpretação, reforçando a identificação pelas análises sistêmicas próprias dos estruturalismos.

Se por um lado parte dessa preocupação deve-se a tentativa de instaurar o racismo e raça como categorias totais de explicação das realidades, afastando-se da perspectiva clássica do marxismo que pautou a luta de classe como chave explicativa universal. Por outro lado, temos a hipótese de que, ao responder seus críticos buscando reforçar o potencial transformador e a relevância teórica de sua argumentação, Djamila Ribeiro rejeitou o rótulo pós-moderno e ou pós-estruturalista que costumam ser mobilizados por alguns críticos de esquerda às produções epistemológicas que se ancoram nos referentes de raça, sexualidade, gênero como categorias de análise social.

Em texto já clássico, a filósofa Judith Butler (2013)²⁴ recupera essa atmosfera de debates referentes aos sentidos do rótulo pós-modernos nos setores progressistas estadunidenses ligados ao feminismo. Butler argumenta que, ao ser utilizado para nomear teóricas e pesquisadores preocupadas com universo simbólico e discursivo, o rótulo pós-

²³ RIBEIRO, Djamila. “Somos um país que nunca aboliu materialmente a escravidão”, Janeiro 2020, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/djamila-ribeiro-somos-um-pais-que-nunca-aboliu-materialmente-a-escravidao/> acesso em 20 de maio de 2020.

²⁴ BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1 jan. 2013.

moderno funciona como uma nomeação acusatória, uma interpelação a contragosto mais do que autoidentidade de um grupo tão diverso cujas matrizes teóricas incluíam desde bases marxistas até teóricos foucaultianos. Parte dos críticos do que se convencionou a identificar como pós-moderno, acusam tais intelectuais de dissolverem qualquer tentativa de apreensão da realidade e de secundarizarem o papel da luta de classes na explicação da realidade social.

Afastando-se das especificidades temporais da discussão butleriana, é possível realocá-la sem muitos prejuízos ao contexto de produção teórica de Djamila Ribeiro no caso brasileiro, sobretudo no que se refere à crítica dirigida à sua obra por supostamente secundarizar o papel explicativo do conceito marxista de lutas de classes. De tal modo, buscando afastar-se do fantasma do rótulo de pós-moderno, a filósofa investiu na força do estruturalismo como capaz de legitimar suas proposições. Mas diferente dos estruturalismos marxista, Ribeiro elege como personagem central a “mulher negra” para seu modelo explicativo, e não mais a “classe trabalhadora universal”, vocabulário tão recorrente nas narrativas de esquerdas clássicas.

A mulher negra como motor da história

Na teoria marxista, como se sabe, o motor da história é a luta de classes. A personagem central aí é a classe trabalhadora cujo embate com a classe dominante gera a dinâmica que produz a própria realidade. Em suma, a contradição fundante da história pensada aqui como o sentido da própria civilização humana é o embate capitaneado pelos trabalhadores. Ao produzir sua interpretação sobre a sociedade brasileira, Djamila Ribeiro também mobilizou uma espécie de motor da história, que defendemos estar localizado na figura da mulher negra tal como aparece em seu pensamento.

Apesar da menção de outras minorias sexuais e de gênero, como grupos sociais e indivíduo particular, de acordo com Ribeiro, a mulher negra é a que mais sofre os efeitos das estruturas sociais que apagam e invisibilizam sua importância na história da sociedade brasileira. Em “O que é Lugar de Fala?”, a autora apresenta a mulher negra como “outro do outro”. A expressão remete a categoria de outro formulada por Simone de Beauvoir, filósofa francesa cuja obra Ribeiro tomou como objetivo de pesquisa em dissertação de mestrado. Para Beauvoir, no ocidente a mulher é construída como o outro e tal proposição se baseia em mitologias, religiões e em pressupostos científicos. Para a autora, em um sistema patriarcal, ser mulher é ser um segundo sexo, frágil, imperfeito e menos racional do que o homem,

considerado o primeiro sexo. Ao mesmo tempo, é atribuição do masculino no lugar autoproclamado universal instituir a alteridade feminina, assim, como definiu Beauvoir

A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (...) Nenhum sujeito se define imediata e espontaneamente como o inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo um definindo-se como²⁵ Um.

Se apropriando desse pressuposto, Djamila Ribeiro argumenta que se as mulheres brancas são o outro do Homem pretensamente universal. As mulheres negras seriam, portanto, duplamente o outro, posto que reuniriam a um só tempo a condição feminina e a condição negra.

A explicação sobre a dupla subjugação de mulheres negras como grupo e individualmente é construída pela filósofa negra a partir do diálogo com a portuguesa Grada Kilomba. Assim, seguindo os passados dessa estudiosa ligada às artes visuais, Ribeiro compreende que as mulheres negras são uma espécie de outro duplo. Ao mesmo tempo não são homens, como os negros do sexo masculino, nem tampouco são brancas como as mulheres dos segmentos dominantes, o que assinalaria certa especificidade ou a “diferença” de mulheres negras em relação aos outros. Lembramos, ainda, que a noção de diferença é própria ao vocabulário conceitual de Ribeiro.

A respeito da noção de dupla dominação, concluímos que para a filósofa negra impõe-se historicamente na realidade brasileira uma dupla vitimização das mulheres negras causadas pelo peso do racismo como estrutura, cujos impactos diminuem a capacidade de transcendência²⁶ deste grupo.

Uma das metáforas utilizadas por Ribeiro para exemplificar o funcionamento da sociedade brasileira por meio da estratificação racial desde o período colonial é a pirâmide. Nela, as mulheres negras constituem a base e os homens brancos o topo, separados por outros dois grandes grupos: homens negros e mulheres brancas.

Como se pode visualizar no argumento da autora, a oposição classe trabalhadora x classe dominante (ou burguesia) ganha uma nova versão quando comparada com o pensamento marxista. Nesta nova versão analítica, a dimensão raça é quem ocupa uma preponderância teórica. É importante ressaltar que, de acordo com Ribeiro, homens e

²⁵ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. Pp.11-14.

²⁶ Expressão do vocabulário filosófico existencialista utilizada, por vezes, em entrevistas de Ribeiro e pode estar associada à obra de Simone de Beauvoir, cujo pressuposto assinala a dificuldade de emancipação do sexo oprimido em relação ao seu opressor. Raciocínio análogo tem sido empregado pela filósofa brasileira para se referir a emancipação da população negra, especialmente em relação às mulheres negras.

mulheres negros guardariam experiências em comum diante dos efeitos da mesma estrutura racista. Dessa forma, com propósitos de mobilização política para a transformação da sociedade, homens e mulheres negros poderiam construir alianças políticas de modo a tornar mais complexa a proposta explicativa da pirâmide. Além disso, mulheres brancas também estariam sujeitas às opressões executadas pelo homem branco devido ao patriarcado e, portanto, expostas às formas de dominação em razão do seu sexo.

Se é correto acentuar a influência teórica de feministas negras estadunidenses na obra de Djamila Ribeiro, não é menos importante a referência ao pensamento de Lélia Gonzalez, antropóloga negra, cuja obra também pretendeu elaborar interpretações estruturais sobre a sociedade brasileira. Ao nosso ver, a principal semelhança entre as duas autoras está justamente na tentativa de recuperar e visibilizar o papel das mulheres negras ao longo da história brasileira numa perspectiva de longa duração.

Em texto já clássico, originalmente uma comunicação apresentada num grupo de trabalho em 1984, Gonzalez inicia sua intervenção lançando pistas que mais tarde seriam retomadas por Ribeiro

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores²⁷

Ao propor que o lugar “metaforizado” de fala (afiliação política, compreensão teórica) influencia quais os pontos de vistas serão defendidos por cada autor, a autora também ressalta a especificidade de enunciação (ou fala) de pessoas negras em geral e da mulher negra de maneira particular.

Para Gonzalez, o racismo é um dos pilares segundo qual a vida social se desenrola, argumento mais tarde retomado por Ribeiro. O pano de fundo contra o qual o pensamento de Gonzalez foi construído nos ajuda a entender parte de suas interpretações. Uma característica deste cenário político é a vigência do mito de democracia racial, presente em muitos setores intelectuais e evocado nos tempos de redemocratização como capaz de reunir e apascentar as diferenças raciais entre os brasileiros.

Reinterpretando teses freyrianas sobre a licenciosidade sexual negra e a docilidade das relações raciais brasileiras, Gonzalez traz a mulher negra como personagem central da história

²⁷ GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Ciências Sociais Hoje, 2 Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos ANPOCS, 1984, p.224,

na exploração colonial brasileira. Assim como vemos em Djamila Ribeiro, para Gonzalez o tempo histórico não é vetor de mudanças, mas sim o campo em que se estabelecem permanências, muitas delas capazes de orientarem a visão de mundo e as inserções das pessoas negras na contemporaneidade. De acordo com Gonzalez²⁸, três personagens femininas negras povoam o imaginário brasileiro desde o passado invadindo o presente de mulheres negras: a mãe preta, a mulata e a doméstica.

Recorrendo à história da escravidão, Gonzalez argumenta que o corpo das escravas não eram apenas propriedades para o trabalho braçal, mas também sexual utilizadas pelos senhores brancos. Dessa forma, o corpo da mulher negra foi e ainda é visto na sociedade brasileira como disponível para serviços sexuais, cuja razão residiria, justamente, numa predisposição quase inata das negras ao sexo, à dança e ao requebrado dos quadris. A mulata do samba, representada na globeleza, seria uma das provas da vitalidade da sobrevivência desta estrutura de dominação racial.

Ocorre que o peso do regime escravista também impacta na autorrepresentação de mulheres negras o que acaba naturalizando a sua pré-disposição às formas de servidão e trabalho pesado. O peso do racismo, inclusive, permaneceria latente na vida dessas mulheres mesmo quando temos a formação da tímida classe média negra ascendente em termos econômicos

Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba).²⁹

Apesar de não diminuir explicitamente o peso da categoria classe social, a autora sugere que o racismo imprimiu uma especificidade ao sistema econômico brasileiro. Então, não seria possível pensar as contradições do capitalismo brasileiro desconsiderando os aspectos raciais. Djamila Ribeiro incorpora tal premissa em sua análise e, se não chega a diminuir o peso da questão de classe, condiciona o entendimento desta categoria às noções de raça (principalmente) e gênero.

A autora argumenta que a imobilidade da população negra é dificultada pela raça sugerindo que a classe trabalhadora é pobre, antes de tudo, porque é negra. Deste modo, a filósofa assim como Gonzalez propõe um sistema analítico de categorias imbricadas, mas

²⁸ *Idem.*

²⁹ GONZALEZ, Lélia. *Op. cit.*, p. 230.

com destaque para o racismo, estrutura considerada esquecida pelas agendas marxistas clássicas e segmentos progressistas, de acordo com as duas autoras. A hipótese que Ribeiro e Gonzalez formulam para explicar este apagamento deve-se justamente ao lugar social (ou lugar de fala nos termos de Djamila Ribeiro) ocupado pelos intelectuais mesmo os progressistas. De acordo com as autoras, os pensadores brasileiros que tiveram suas teses sobre a realidade nacional imortalizadas pertenciam racialmente à branquitude e, com efeito, silenciaram o protagonismo negro do debate e da história.

Nesse sentido, verificamos que para Ribeiro a representação por excelência da classe trabalhadora são as mulheres negras. Uma das críticas que a filósofa dirige tanto aos intelectuais progressistas quanto as adeptos do mito da democracia racial é que ambos universalizaram os brancos como sujeito, apagando assim as contradições raciais que são fundamentais no Brasil desde a escravidão³⁰. Tais interpretações sobre a realidade brasileira não apenas excluíram questões raciais, mas sobretudo não mencionaram papel das mulheres negras na história brasileira.

Se como apontamos anteriormente a mulher negra é duplamente vitimizada na interpretação do Brasil pensadas por Djamila Ribeiro, tal personagem também guarda o potencial revolucionário de transformação da sociedade brasileira. Recorrendo ao tempo colonial em que mulheres negras serviam como escravas, amas de leite e educadoras de filhos brancos dos senhores de escravos, Ribeiro explica que por ter sido a base da força de trabalho é que as mulheres negras são capazes de inverter os termos da pirâmide. Promovendo, desse modo, a reparação histórica de séculos de exclusão dos centros de poder e decisão na sociedade brasileira.

Gonzalez ofereceu subsídios teóricos que, aparentemente, reforçam o argumento sugerido por Ribeiro. Vejamos a longa passagem em que a autora recorre até mesmo aos princípios psicanalíticos para evidenciar o papel criador da mulher negra na sociedade brasileira.

Ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita

³⁰ Entre os progressistas, estariam os sociólogos ligados à Escola paulista de Sociologia.

cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por ao a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada³¹.

Revisitando as formas de exploração do trabalho feminino negro sob o regime da escravidão, a antropóloga propõe que a mulher negra é o pilar de toda a cultura brasileira. A noção cultura brasileira aqui guarda semelhanças em sentido com a própria ideia de nação. Então, pelo seu mérito fundacional, a presença da personagem mulher negra precisa ser resgatada na história nacional. Não obstante os apagamentos, a autora sugere que a língua falada no país, um dos símbolos máximos de cultura nacional, guarda em si mesmos empréstimos da cultura negra. Fenômeno explicado devido ao longo trabalho de socialização e maternagem realizado pelas escravas, mais tarde babás e atuais empregadas domésticas. Dessa forma, no plano simbólico ainda que silenciosamente a presença das mulheres negras do passado é reatualizada no presente, mesmo quando a valorização cultural branca é adotada como referente oficial e obrigatório em termos simbólicos e institucionais.

Esse potencial subversivo presente nas mulheres negras é só um dos inúmeros pontos que, como buscamos demonstrar, aproximam Djamila Ribeiro do pensamento social formulado por Lélia Gonzalez. Como motor da história brasileira, as mulheres negras seriam uma categoria capaz de sofisticar as interpretações marxistas de então, ao aproximar-se de maneira mais fiel à própria realidade brasileira, fruto das contradições do regime escravista cuja exploração do trabalho pautou-se na construção de ideologias de superioridade racial branca.

Apesar do tempo inerte da estrutura racista caracterizar o pensamento político de Djamila Ribeiro, o potencial revolucionário presente em suas proposições teóricas expressa-se, sobretudo, na ação política protagonizada pelas mulheres negras. Para autora, é fato que entre o tempo da escravidão e da liberdade, há mais semelhanças do que diferenças. Mas, o horizonte de transformação acena para uma sociedade em que mulheres negras possam ser reconhecidas e reparadas pelo Estado Brasileiro. Neste sentido, a interpretação da sociedade brasileira contida em Ribeiro focada nos efeitos duplos do racismo e sexismo na vida de mulheres negras se soma à tradição de intelectuais como Lélia Gonzales cuja obra permanece pouco explorada no que se refere a temática dos “intérpretes do Brasil”.

³¹ GONZALEZ, Lélia. *Op. Cit.*, pp 235-236.

A seguir exploraremos algumas das apropriações e interpretações causadas a partir da leitura de Ribeiro, cujos impactos são sentidos no cenário político contemporâneo que consideramos marcados pela presença decisiva das mídias digitais, bem como pelos impasses recentes no seio do próprio campo progressista.

Reações, impactos e dilemas a partir da leitura de Djamila Ribeiro

Intelectuais contemporâneos como Djamila Ribeiro têm as redes sociais como principal ferramenta de divulgação de suas reflexões. Como temos defendido, este novo ingrediente foi fundamental para que a produção desta filósofa se tornasse motivo de discussões acaloradas em postagens de Facebook e Twitter. Dessa forma, os “textões”, como popularmente são conhecidas as postagens em redes sociais cujo objetivo é tratar de questões políticas, reverberam concepções críticas ou simpáticas às propostas de Ribeiro. Devido a sua inserção nas redes sociais, a própria filósofa, cujo perfil no Instagram conta, na altura em que escrevemos este texto, com 542 mil seguidores, também participou de muitos entraves, respondendo aos críticos num vocabulário próprio às ferramentas virtuais, o que torna o seu pensamento e obra ainda mais próximos dos leitores.

Não é nosso objetivo reproduzir polêmicas e críticas dirigidas à filósofa feminista cujo tom por vezes extrapolaram os limites do debate acadêmico, menosprezando intelectualmente e lançando ofensas contra a filósofa. Da nossa parte, é crucial recuperar algumas das chaves interpretações pelas quais os pensamentos políticos da autora têm sido apropriados, assim como tecer algumas hipóteses a partir destes destaques.

A nossa hipótese é que muitos intérpretes têm optado pela exacerbação do indivíduo em detrimento de uma compreensão mais global do conceito de lugar de fala. Dimensão, aliás, muito defendida nos argumentos que compuseram o próprio “O que é Lugar de Fala?”. Poderíamos especular que o contexto de capitalismo tardio, em que ideologias liberais que preconizam o superdimensionamento do indivíduo tornarem-se hegemônicas, pode ter favorecido a compreensão do lugar de fala como instância individual, sintetizada na ação de uma só pessoa. Tal compreensão abre margens para outra tensão, aquela relacionada à definição de qual pessoa estaria mais autorizada a ocupar o lugar de fala pelos grupos oprimidos.

Nesse particular, a política contemporânea tem oferecidos exemplos de sujeitos pertencentes à grupos oprimidos, mas que participam em termos de representação da agenda

conservadora, muitas delas de extrema-direita. O vereador Fernando Holiday (Patriota), jovem, negro e homossexual foi eleito a partir do engajamento político do MBL, movimento social da direita brasileira com destacada atuação no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Como parte de seus posicionamentos políticos, Holiday se opôs a temas clássicos para o movimento negro; criticando em muitas das suas aparições na mídia, entre outras coisas, o pressuposto de reparação histórica previsto através da chamada lei de cotas, por meio do argumento de que como pessoa negra poderia representar o seu grupo social.

Outro personagem que ilustra este tensionamento entre pertencer a um grupo oprimido e estar comprometido com a agenda de extrema direita é o deputado federal Hélio Lopes (PSL/RJ). Em sua plataforma eleitoral, o referido parlamentar aliou-se ao discurso de crítica às agendas do movimento negro e outros movimentos sociais por considerá-los expressões do que nomeava como “vitimismo”, que seria parte de um *complô comunista* que supostamente ameaçava o país. Não obstante suas críticas às políticas progressistas associadas ao movimento negro, Hélio Lopes potencializou seu lugar enquanto homem negro recorrendo ao codinome *Hélio Negão*, para sinalizar que também estaria habilitado a pautar políticas para seu grupo racial.

Na argumentação apresentada por Djamilia Ribeiro, o impasse superficialmente demonstrado acima não anula a observação de que historicamente grupos minoritários estiveram fora da produção autorizada de conhecimento e das decisões de controle político no país, o que vem sendo lentamente transformado devido à ação dos movimentos sociais. Entretanto, a autora observa que nem todos os segmentos minoritários estão naturalmente preocupados com questões progressistas referentes a seus grupos sociais. Nesse sentido, fica estabelecido uma diferenciação sutil no livro “O que é Lugar de Fala?” entre pertencer a um grupo através de marcadores sociais e instrumentalizar este espaço como elemento de transformação social.

No entanto, é a compreensão individualizante que estabelece o lugar de fala em seu sentido mais literal que tem orientado os atores políticos. Algumas especulações são possíveis a partir desta hipótese. Por exemplo, as expressões pedir a fala ou ter fala já eram bastante corriqueiras como maneira de organizar o caráter prático de uma reunião política. Inscrever-se para falar e desenvolver seu ponto de vista, interromper através de destaques falas de adversários em ideias políticas são práticas cotidianas da experiência de organizações políticas. Nestes ambientes, a dimensão estrutural sugerida pelo “O que é lugar de fala?” pode

ter sido assimilada às necessidades mais palpáveis de embates político. Por exemplo, recorrendo ao pressuposto de que como mulher, negra e lésbica determinada pessoa poderia propor melhores soluções políticas no que se refere à questão das mulheres negras e lésbicas enquanto grupo. Tal compreensão também estabelece que o fato de pertencer a determinado grupo é o que habilita certas pessoas a refletirem sobre formas de exclusão vivenciadas individualmente.

Apesar do esforço de marcação do caráter estrutural do conceito de lugar de fala, Djamila Ribeiro recorre a argumentos que podem ser interpretados como aceno à via individualizante. Como se lê na passagem a seguir: “numa sociedade supremacista branca e patriarcal, mulheres brancas, mulheres negras, homens negros, pessoas transexuais, lésbicas, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos cis heterossexuais? Existe o mesmo espaço de legitimidade?”³².

A metáfora da fala para se referir ao apagamento de mulheres negras e outros grupos minoritários e suas dificuldades de inserção nos espaços institucionais abriu margens possíveis para que o termo “fala” fosse tomado literalmente como palavra, discurso no sentido de falar individualmente sobre determinado assunto ou pesquisar sobre determinados temas. Apesar da autora, no já referido livro, refutar explicitamente a noção segundo a qual só pessoas pertencentes a grupos minoritários podem escrever ou refletir sobre suas próprias condições, algumas apropriações apostaram na direção contrária, superdimensionando a potencialidade individual do lugar de fala.

Frisamos que a interpretação individual da noção de lugar de fala também garantiu certo vocabulário para questionar ausências de candidaturas de pessoas negras no campo progressista, nos espaços institucionais, nas peças publicitárias, nas grandes mídias. Enfim o vocabulário proposto por Ribeiro já não pode ser ignorado na arena política, indicativo do potencial crítico e estratégico de suas proposições.

Do mesmo modo, o fato de setores da direita como os parlamentares já citados neste texto, recorrerem à ambivalência de noção de lugar de fala em si mesmo não anula nem as ausências estruturais de populações minoritárias na política institucional, nem fornece motivos para que o conceito seja totalmente abandonado. A apropriação política plural desse termo polissêmico só ilustra o caráter movediço de ideias políticas, ainda mais em cenários cuja presença maciça de mídias sociais e ressurgimento de agendas políticas antes menos priorizadas forçam os segmentos progressistas a reavaliarem seu lugar no debate público.

³² RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017, p.77.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, argumentamos que Djamila Ribeiro construiu interpretações sobre a realidade brasileira. Antes, argumentamos que, apesar da popularidade do pensamento político e teórico da autora, ainda não é possível tratá-la com uma autoria canônica, visto que é cedo para avaliarmos o real impacto de suas proposições em programas de cursos de graduação e pós-graduação, assim como em linhas de pesquisas. A inserção da filósofa negra nos mais diferentes *espaços de fala* tem sido uma constante, o que pode indicar o esforço de construção de uma intelectualidade negra a despeito das limitações institucionalizadas.

Este detalhe ajuda a complexificar o terreno em que o pensamento da filósofa foi recepcionado, tendo em vista o diálogo com o público que a autora mantém por meio das mídias digitais e com os movimentos sociais. Isso, contudo, não ocorre sem tensões, o que é muito revelador das contradições e embates que cercam a trajetória de intelectuais que não são canonizados nem pertencem ao *mainstream* político. Ressaltamos, ainda, que o modelo explicativo de Ribeiro possui características em comum com outros modelos de interpretação nacional, uma definição de tempo e a explicação sobre o fundamento da sociedade brasileira. Embora, destes se diferencie devido às afiliações epistemológicas que fundamentam suas ideias políticas e conceituais. Recorrendo ao tempo histórico que privilegia as permanências, Djamila Ribeiro ilustra o argumento de que o atraso nacional brasileiro seria representado pela sobrevivência das marcas da escravidão. Assim, a autora se afasta das análises clássicas presentes no seio do pensamento marxista, em que a classe trabalhadora é a chave explicativa para a realidade brasileira.

Algumas provocações podem ser feitas. Por que nomear uma filósofa negra enquanto uma intérprete nacional? Em que medida Djamila Ribeiro se diferencia das outras pessoas? É preciso, pois, responder às essas provocações sem recair numa análise que tome as ideias e as pessoas como deslocados dos quadros sociais e políticos de seu próprio tempo. Entretanto, como um agente histórico informados pelas contradições da sua própria realidade, Ribeiro soube recorrer a algumas estratégias afim de que pudesse ter suas ideias e concepções divulgadas e debatidas no conjunto da sociedade. Ao tematizar os dilemas fundantes da sociedade brasileira, Ribeiro soube também esboçar seus *lugares de fala*, ou seja, suas conexões, aflições, suas aproximações e distanciamentos em relação às comunidades negras e/ou feministas. Assim sendo, a interprete feminista negra faz parte de uma geração de outros

pesquisadores, pensadores, etc. oriundos das políticas afirmativas e dos esforços coletivos de inserção de sujeitos negros nos espaços de decisão do poder. Trata-se, portanto, de inserir personagens até então pouco visibilizados no centro das interpretações sobre a realidade brasileira e, por isso, reescrever a história social das ideias políticas no país.

Lançando mão de um dos argumentos que fundamenta este texto, acreditamos que, ao tematizar o racismo como “atraso nacional”, Djamila Ribeiro ilumina novas formas de interpretarmos a realidade nacional de forma maneira mais interseccional, complexa e dinâmica.